

CONTRA O ESQUECIMENTO E A DESMEMÓRIA: A LITERATURA AFRICANA NA SALA DE AULA

Luana Teixeira Porto¹
Ana Paula Teixeira Porto²

Resumo: Este estudo apresenta reflexões acerca dos diálogos entre literatura africana, história e cultura, objetivando mostrar como obras de autores como Manuel dos Santos Lima e João Melo realizam esse diálogo. O objetivo do artigo é propor uma leitura para narrativas desses autores de modo a discutir a contribuição estética e história de seus textos para a compreensão de Angola como nação e a relevância da abordagem dessas obras na sala de aula. Entendemos que a função dada pelos escritores e intelectuais angolanos à literatura é a de um instrumento de registro histórico e linguístico e de perpetuação cultural do país, para além de denúncia e contestação de regimes de opressão vivenciados nesse espaço. Outrossim, a leitura de textos africanos de expressão portuguesa faz-se necessária para a formação intercultural do leitor, tomada de posicionamento político sobre processos (de)coloniais e ainda como artefato cultural capaz de contribuir para se evitar práticas de esquecimento e desmemória acerca de processos coloniais impostos pelo regime imperialista português.

Palavras-chave: Literatura angolana. Cultura. História. Prática de leitura. Sala de aula.

RESUMEN: Este estudio presenta reflexiones sobre los diálogos entre la literatura, la historia y la cultura africanas, con el objetivo de mostrar cómo obras de autores como Manuel dos Santos Lima y João Melo llevan a cabo este diálogo. El objetivo del artículo es proponer una lectura de las narrativas de estos autores para discutir el aporte estético e histórico de sus textos a la comprensión de Angola como nación y la relevancia de acercarse a estos textos en el aula. Entendemos que la función que le dan los escritores e intelectuales angoleños a la literatura es la de instrumento de registro histórico y lingüístico y de perpetuación cultural del país, además de denunciar y cuestionar los regímenes opresivos vividos en este espacio. Además, la lectura de textos africanos de habla portuguesa es necesaria para la educación intercultural del lector, asumiendo una postura política sobre los procesos (des) coloniales y también como un artefacto cultural capaz de contribuir a evitar prácticas de olvido y olvido de los procesos impuestos por el régimen imperialista portugués.

Palabras clave: Literatura angoleña. Cultura. Historia. Práctica de leer. Salón de clases.

Considerações iniciais

A história e a cultura da África lusófona são marcadas por vários processos que precisam ser analisados não só pela importância histórica da constituição das nações colonizadas por portugueses no continente e a violência imposta nos diversos espaços em que a lógica imperialista se impôs, mas também que necessidade de compreensão da história do processo de colonização, da diáspora africana e seus mecanismos de resistência à opressão e as relações que se estabelecem entre literatura e história. Esta, no contexto africano, muitas vezes é (re)conhecida pelo trabalho de escritores, cujas obras se constituem como documento de barbárie – no sentido de registrarem a violência do período colonial e as dificuldades decorrentes da constituição dos países tornados independente se configurarem como nação.

¹ Mestra em Letras – Literatura Brasileira e Doutora em Letras - Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realizou estágio pós-doutoral sobre literatura brasileira e a representação da violência na Universidade Federal de Santa Maria. É professora do Mestrado e Doutorado em Educação da URI, campus de Frederico Westphalen. E-mail: luanatporto@gmail.com

² Mestra e Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou estágio pós-doutoral sobre literatura africana de Angola na UFRGS. É professora do Mestrado e Doutorado em Educação da URI, campus de Frederico Westphalen. E-mail: anapaula@uri.edu.br

Neste sentido, este estudo apresenta reflexões acerca dos diálogos entre literatura africana, história e cultura, objetivando mostrar como obras de autores como Manuel dos Santos Lima e João Melo realizam esse diálogo. O objetivo do artigo é propor uma leitura para narrativas desses autores de modo a discutir a contribuição estética e história de seus textos para a compreensão de Angola como nação e a relevância da abordagem dessas obras na sala de aula.

A narrativa literária angolana: leituras de obras de João Melo e Manoel Santos Lima

É evidente a violência ser objeto de representação literária em obras de países de língua portuguesa africanos recém tornados independentes, que viveram (e vivem) sob a égide da imposição da cultura alheia sobre a nativa, o que acarreta diversas formas de exclusão social e práticas de violência nos territórios descolonizados. Tendo isso em vista, podemos pensar que a representação da violência na literatura está relacionada à história de violência do país, que só conquistou sua independência em 1975. Textos de diferentes autores, como Castro Soromenho, Manuel dos Santos Lima, João Melo, têm ajudado a contar a história de Angola, muitas vezes criando uma voz que destoa do discurso oficial dominante por escancarar, por meio de uma perspectiva sombria ou trágica, os efeitos nocivos da colonização portuguesa para a construção da identidade e da nação e também para a integração dos diferentes povos que formam o país. Nessa perspectiva, é possível perceber em textos de João Melo, autor que é objeto de apreciação neste trabalho, uma visão melancólica de um país que encontra dificuldades de dar a seus filhos condições para o exercício da cidadania, pois a miséria moral, cultural e econômica ceifam as possibilidades de autonomia do sujeito e sua realização como ser humano. Ao destacar o lado sombrio de uma Angola recém-independente e a violência social que aniquila vidas nesse espaço do continente africano, o conto de Melo mostra que a literatura pode desvendar uma faceta da história que se constrói a partir da perspectiva do sujeito oprimido, dominado, cuja voz tende a ser silenciada pela ação dos dominadores, o que nos leva a recorrer a uma concepção de arte formulada por Adorno.

Para Adorno, a arte é uma forma de expressão do sofrimento e da barbárie e constrói um testemunho da cultura e da história da opressão, já que a arte é “porta-voz histórico da natureza oprimida” (1982, p. 275). A visão adorniana acentua que as obras de arte configuram uma “historiografia inconsciente” de episódios históricos e, como explica Márcio Seligmann-Silva (2009), como “historiografia da dor, a arte e a literatura permitem ir além da mudez a que o conceito a reduz; elas falam daquilo que o véu encobre” (2009, p. 119). Indo além, podemos ainda pontuar que: a) a literatura pode contar a história de um país de forma a ampliar a própria

visão sociológica, historiográfica e antropológica sobre os episódios históricos; b) textos literários podem ainda ser compreendidos, em um sentido mais político, como um “discurso do contrapoder”.

Partindo desses pressupostos, passamos a analisar como é representada a violência social nas narrativas de João Melo publicadas na antologia *Filhos da Pátria*, de 2001, a qual apresenta ao leitor “a representação das particularidades dos filhos do território angolano e os acontecimentos complicados que os envolvem após a implantação do estado nacional” (Camargo, 2010, p. 16). Os contos do escritor, ao focalizarem o contexto pós-colonial de Angola a partir da perspectiva de personagens angolanos, constituem um “testemunho” da dor e da violência decorrentes do processo de independência do país, do regime imperial e da impotência do país em superar seus conflitos e problemas sociais e econômicos e constituir-se como uma nação. Dados do contexto sócio-histórico angolano são amplamente abordados, problematizados, questionados na literatura angolana, caracterizada “como o lugar de denúncia, de negação ao sistema colonial e, principalmente, como lugar sugestivo de afirmação de uma identidade nacional” (Diniz, 2012, p. 9).

O conto “Tio, mi dá só cem”, narrado em primeira pessoa, apresenta a voz de um sujeito marginalizado socialmente: um menino que, em busca de dinheiro, pede ajuda a um senhor que o ignora e contribui para que sua situação de exclusão social permaneça e para que a prática da violência seja usada como forma de obtenção de sustento e também como resposta, dura á dura realidade de exclusão social de Angola. A situação de degradação da vida humana é enfatizada no texto pela exposição da miséria, da falta de comida, da fome, pois o garoto precisou fugir do “mato”, onde “não estava a comer” (MELO, 2001, p. 31), imagem de pobreza reforçada pela alusão às condições adversas experimentadas pelas próprias irmãs, que se “arrastavam no chão cheias de ranho, moscas, lágrimas, era a fome” (Melo, 2001, p. 38).

Tendo ciência de que a vida no interior de Angola era insustentável, o garoto vai para a capital na esperança de encontrar uma situação mais favorável, contudo, tal projeto não se concretiza e o jovem tem seu sofrimento intensificado ao cometer o assassinato de um senhor quando a este solicitou, sem obter sucesso, dinheiro para comprar pão. O homem estava no carro. Diante da negativa de oferta de dinheiro que seria vital para sua sobrevivência, o jovem acabou atirando e matando-o: “ele é que pediu para morrer, quem lhe manda reagir, eu só queria cem pra comprar um pão” (Melo, 2001, p. 36).

Ao contar tal episódio, é possível perceber duas perspectivas narrativas. A primeira refere-se à frieza com que o narrador relata seu ato de agressão. É um sujeito que não expressa sentimento de culpa ou reflexão pela prática da violência, apontada como justificativa para o

não acolhimento de um pedido. Em outras palavras, o narrador sugere que a violência, através do assassinato, é uma resposta aceitável em termos de sua ética para a resolução de um conflito, no caso a luta pela sobrevivência. A segunda perspectiva da narração relaciona-se à comoção do narrador ao perceber a dor de uma garota que acompanhava o senhor que ele matou, pois o narrador demonstra sensibilidade ao contar que abraçou a garota “com força, as minhas lágrimas também começaram a sair devagarinho dos meus olhos” (Melo, 2001, p. 36). Com esse gesto, o narrador desnuda sua própria fragilidade e impõe uma autoimagem como um sujeito vulnerável e consciente da hostilidade de seus atos: “o que ela não sabia é que eu estava mais fragilizado do que ela” (Melo, 2001, p. 38). Nesse ínterim, lembra de seu passado, que fora marcado por práticas de violência tal como ele a exerce no presente. Lembra do desaparecimento do pai e da violência sexual sofrida pela mãe: “ele já foi na lavra há tanto tempo, não me lembro mais dele, só recordo mesma a minha mãe, lhe foderam, lhe espetaram a baioneta na cona e depois ainda por cima lhe queimaram” (Melo, 2001, p. 38). O tipo de violência sofrida pela mãe é reproduzido pelo filho quando este resolve estuprar a menina que acompanhava o senhor que ele acabara de matar: “fomos na praia, tirei-lhe a roupa, fodi-lhe, fodi-lhe, fodi-lhe, parece que não estava a lhe foder mas a vingar-me do mundo, ela não dizia nada, chorava e ria” (Melo, 2001, p. 39).

As duas posturas antagônicas do narrador permitem perceber uma dificuldade de compreensão da própria violência que se instaura da vida do sujeito e, por extensão, da violência em Angola. É a um só tempo indiferente à violência e sensível a ela, talvez por se colocar tanto na posição de vítima quanto de agente da violência. Além disso, as imagens de violência evocadas pelo narrador são elucidativas de uma dificuldade social em Angola de romper a violência cíclica e instaurar uma cultura pacifista no interior da nação. O uso da violência é uma forma comum sinalizada pelo narrador para alcançar a sobrevivência em um contexto marcado por fome, miséria, desigualdade social. Para não morrer de fome, é preciso violentar, porque a dor da pobreza é maior que a dor da consciência sobre a prática da violência: “a minha fome é do tamanho da minha dor, eu tenho muita vontade de chorar mas ainda tenho uma kilunza na mão, tio, porra, não me provoques, tio, mi dá só cem, mi dá só cem mesmo, tio.” (Melo, 2001, p. 39).

O que o conto parece querer destacar é que: 1) a prática da violência é uma constante na vida e na história do país cujas desigualdades sociais são gritantes e conflitos de ordem política se avolumam; 2) a presença intensa da violência no cenário social e histórico motiva a problematização de sua existência na literatura, que a aborda não como tentativa de naturalizá-la ou torná-la objeto de espetacularização, mas sim como tentativa de alertar para o quanto a

presença da violência é trágica para a consolidação da cultura e o desenvolvimento de uma nação. Dito de outra forma, a problematização da violência tal como ocorre no conto de João Melo assume uma função social e política: a de combater a violência através da escrita literária e da configuração de um narrador que ao mesmo tempo sofre e exerce violência, age sem culpa e se fragiliza com as perdas decorrentes da violência em seu seio familiar.

Ao encerrar estas anotações sobre o conto “Tio, mi dá só cem”, abrimos espaço para uma questão que, a nosso ver, pode ser debatida com mais atenção. Trata-se da reflexão sobre ética, literatura e violência. Embora o contexto da Angola pós-independência favoreça a prática de violência como forma de solução dos conflitos, a perpetuação dessa estratégia de resolução dos problemas precisa ser analisada de forma crítica e distanciada se formos pensar em uma política internacional voltada para a não-violência em contextos nos quais a marginalização social se impõe. Nesse sentido, é válido ainda refletir sobre ética e literatura e sobre a função da literatura nesse processo de construção de uma sociedade mais pacificada. No caso do conto de Melo, pelo menos três perguntas precisariam ser discutidas: O que justificaria um jovem matar ou violentar seu semelhante? Por que a violência é proposta? É possível a aceitação da violência em algum contexto? Respostas a esses questionamentos poderiam apontar outros elementos que intensificam as relações entre cultura, sociedade, história e violência suscitadas pela literatura.

Enquanto não temos respostas a essas indagações, podemos afirmar que os episódios narrados no conto permitem compreender um pouco mais da vida em Angola depois da independência política e ainda assinalam que traços histórico-sociais que recebem tratamento literário tanto em prosa quanto em poesia podem ser lidos como um testemunho da historiografia inconsciente, que questiona a barbárie. O conto de Melo é ainda um exemplo de manifestos literários da luta contra o poder opressor, que aceita tacitamente que os filhos da pátria continuem a ser filhos sem chão, sem acolhida, sem um lugar para chamar se seu.

Tomamos ainda como objeto desta discussão o romance de Manuel dos Santos Lima, *As sementes da liberdade*, de 1965, época em que havia luta pela independência de Angola. Esse livro é um romance que, conforme Trigo (1975), exemplifica um “retrato fiel do que se passava nos bastidores da guerra”, sendo, nesse sentido, uma prosa essencialmente expositiva e dominada pelo realismo ou neorealismo (Trigo, 1975, p. 131-133). A obra de Santos Lima, narrada em terceira pessoa por um narrador observador, preocupa-se em compor um vasto painel de personagens diversos que vivem na fictícia Catu na época colonial e, portanto, convivendo com o dominador português. Configura-se assim um romance neorrealista que tem como foco central a representação da história de colonização portuguesa em Angola.

É um romance, como afirma Brito (editor do livro no Brasil), que pretende “denunciar a opressão colonial portuguesa e focalizar a formação de uma classe mista de negros e brancos deserdados e postos conjuntamente à margem pela sua situação econômica deficitária.” (orelhas do livro) Nessa perspectiva, o ponto de vista adotado na narrativa é o de quem vive esse processo doloroso de ter de se submeter a uma outra cultura a um preço caro: o de ser escravo e objeto do português europeu.

Manuel dos Santos Lima, filho de funcionário público e de vivência no interior de Angola, oportuniza a rememoração de acontecimentos que marcaram o processo de colonização implantado em Angola pelos portugueses, que lhes tiram terras e mulheres. O narrador, com um discurso culto e muito bem articulado, vai apresentando o cenário e cada um dos personagens, e situa o leitor, já no início da narrativa, que o ambiente onde estas histórias ocorrem é “uma pequena vila do interior, perto da fronteira congoleza” (Santos Lima, p. 17) e quando ocorrem, ou seja, no início do século XX. Explicita que o local foi lócus de conflito entre os nativos e os portugueses, sendo estes os vencedores que buscaram desenvolver o comércio e efetivamente tomar conta das terras daquele lugar, mesmo que isso tenha causado a morte de muitos.

Nessa narrativa, escrita quando Angola ainda era colônia portuguesa e lutava por sua independência, podemos destacar três pontos importantes do diálogo que o romance estabelece com a história colonial: primeiro, a exploração do português europeu ao trabalho do negro angolano; segundo, a violência como forma de controle e manutenção de poder; e terceiro, o processo de mestiçagem que se instaurou também no país. As atividades laborais exercidas pelos negros tinham valor diverso das que eram exercidas por brancos, pois se vislumbrava “uma certa diferença de tratamento” (Santos Lima, p. 18) como destaca o narrador e ainda uma proteção dada aos brancos que atuam na administração pública, como explica Alberto, primo de Ricardo: “_ O chefe da Alfândega também é branco... Eles protegem uns aos outros. O primo, quando estiver cá mais tempo, vai ver bem como é isso...” (Santos Lima, p. 19). Ainda se enfatiza que o trabalho doméstico exercido por negras africanas, além de não ter horário para parar, é condicionado por tratamento desrespeitoso, que inclui a designação dada a uma empregada: África, relacionada à “cor da pele e ao cabelo encarapinhado” (Santos Lima, p. 19) São referências que indicam o tratamento distintivo dado ao negro em Angola, o qual se baseia em uma exploração do trabalho que escraviza o colonizado, fazendo este se assujeitar à cultura, aos costumes e aos objetivos portugueses.

É um processo de assujeitamento reforçado inclusive pelo padre da comunidade, que colaborava em seus discursos e sermões para que o negro continuasse sendo escravo, incitando

“sobretudo à obediência, resignação e sacrifício” (Santos Lima, p. 24) Embora não explicitada pelo narrador, fica latente uma referência crítica à contribuição de padres católicos ao projeto de escravização e expansão portuguesa ocorrida na África, colaborando para que os angolanos aceitassem pacificamente as ordens e até mesmo a violência imposta pelos portugueses, pois os padres costumavam “contar o episódio do santo que, tendo levado uma bofetada, ofertara a outra face. Os pretos tinham suas dúvidas, pois achavam a bofetada coisa demasiado dolorosa”. (Santos Lima, p. 24). O padre, ao acompanhar as ordens dadas pelos brancos aos escravos, acentuava a importância de se trabalhar mesmo naquelas condições: “Vocês devem trabalhar e serem bonzinhos para irem para o Céu.” (Santos Lima, p. 38).

Nesse processo de colonização que socialmente coloca o negro em posição extremamente inferior, também está clara a relação discriminatória imposta ao negro pelo branco colonizador, que não permite, por exemplo, que o negro coma no restaurante com os brancos, que o empregado negro fale o que o patrão branco não quer ouvir. Nessa perspectiva, muito mais que obrigar o negro africano a trabalhar de forma escrava, opõe-se a ele um silenciamento, como se sua voz não pudesse ser emitida, como se sua voz não tivesse valor. É assim a anulação da cultura local, sendo substituída pela estrangeira que o livro que destacar também.

Denunciando a violência como ato contínuo no processo de colonização, o livro de Santos Lima reitera cenas em que o negro é violentado pelo patrão que, para se constituir como autoridade, prescinde da violência como forma de controle e manutenção de poder. Uma cena ilustrativa dessa tendência da obra é quando o patrão diz não acreditar que Saissaca (um negro escravo) não fora trabalhar porque estava doente:

- _ Estava doente, patrão.
- _ Vocês, quando não querem trabalhar, dizem sempre que estão doentes. Se estava doente por que é que não foi ao Hospital? (...)
- _ Saissaca não diz mentira, patrão.
- Um bofetão ecoou na sala.
- _ Nenhum preto me desmente, ouviu?
- _ Saissaca falou a verdade.
- _ Cala-te!
- _ Saissaca não cala, pode morrer, mas fala sempre.
- _ Cala-te negro dum raio! Dêem cem palmatoadas – berrou o administrador.
- _ Patrão me bate porque eu sou preto, mas não tem razão.
- _ Cala-te! Deem cento e cinquenta! Bem puxadas, para lhe ensinar... (Santos Lima, p. 35)

Além de a violência ser usada como forma de controle, é referida como elemento de obrigação do trabalho escravo, pois as ordens são dadas “com severidade, acenando o chicote”

(SANTOS LIMA, p. 38). A obediência ao português é resultado também da ameaça de violência iminente.

A narrativa, marcada pela crítica ao domínio português e ao culto da personalidade que reduzem as mulheres negras africanas e a sua dignidade humana a objetos sexuais de ditadores que circundam na África, apontam um diálogo fecundo com a história social, cultural e política de Angola. Isso porque o romance de Santos Lima acentua que o processo de mestiçagem advindo com a presença do colonizador consolidou também a discriminação racial já não apenas entre negros e brancos, mas entre brancos, mestiços e negros.

Conforme o narrador, essa mestiçagem cultural foi dolorosa para o colonizado. Muitas vezes fruto de violência sexual às mulheres negras, os filhos mestiços são mais um exemplo da dor imposta pelo português:

Visto o reverso da moeda branca, as negras passaram do sonho ao pesadelo. Os meninos mestiços não foram reconhecidos, e os pais não lhe poupavam os maus tratos que infligiam às mães. Perante a nova realidade, muitas aguentaram tudo em silêncio por orgulho ou vergonha, outras deixaram os seus protetores, mas continuaram no Bairro, concedendo favores discretos aos recém-chegados, em troca de qualquer bem material, que sob a forma duma nota ou dum adorno. Assim nasceu a substituição de prestígio. (Santos Lima, p. 28-29)

As referências narrativas ao processo colonizatório de Angola quando este ainda se fazia presente na colônia, tal como destacado brevemente, conduzem a algumas reflexões sobre o romance *As sementes da liberdade*, de Santos Lima: 1) Com uma narrativa preocupada em representação daquele contexto social atual, Santos Lima põe em evidência que o processo de colonização portuguesa se constituía de forma dolorosa ao angolano, especialmente por aniquilar a identidade do povo e impor uma nova ordem de costumes e relações com o trabalho, a custo da violência imposta aos colonizados; 2) Sendo um romance com essa proposta, caberia nos perguntar se a narrativa não se resumiria ao estilo documental que simplesmente se preocupa contar a história de Angola sem recorrer a recursos estético-literários que a problematizem. A resposta para esse questionamento, embora ainda não conclusiva, é relativa. Por um lado, a objetividade da linguagem e o estilo linear da narrativa, que a aproximam da estética neorrealista do século XX e supõem uma visão harmônica dos fatos, parecem contrariar a potencialidade crítica de uma narrativa se considerarmos a proposição adorniana sobre a arte que aborda processos conflitivos da história social. 3) Por outro lado, ao narrar esses episódios com uma visão detalhista e apresentando narrador e personagens que questionam o poder do colonizar e suas formas de intervenção, o romance de Santos Lima, para muito além de uma representação que mescla ficção e realidade das primeiras décadas do século XX em Angola, registra uma memória coletiva de um momento que poderíamos de chamar de barbárie na

história colonial angolana. É, nessa perspectiva, uma narrativa que consegue representar a história, acentuando a visão daqueles que foram vítimas de um processo de opressão, e produzir memória no sentido de contribuir para o não apagamento nem o esquecimento do que foi o processo colonial vivido no país.

A literatura africana na sala de aula

Apesar de haver lei federal brasileira que pinta a necessidade de abordagem da cultura africana nas salas de aula na Educação Básica e das bases curriculares também apontarem a presença do tema, não podemos assegurar que a simples menção regulamentar implique leitura adequada dos textos literários africanos nem que as narrativas literárias africanas de expressão portuguesa serão de fato compreendidas pela sua natureza. Uma natureza que extrapola a capacidade inventiva, própria de grande parte da literatura ocidental, e põem em relevo história, violência, cultura e uma leitura crítica do processo colonial. Conforme pontua Mourão (1978), as fases da literatura angolana, em sua sucessão cronológica, estão relacionadas ao processo de colonização do país, como se a produção literária dos autores tivesse um “compromisso” de “registrar” a história da nação, denunciando e criticando o processo colonizatório, defendendo a negritude ou ainda contribuindo para a construção de nação.

Chaves (1999, p. 21), em perspectiva semelhante assevera que a literatura angolana tem o mapear o cenário cultural do país:

Pela trilha aberta por Assis Jr., iriam seguir Castro Soromenho, Óscar Ribas, José Luandino Vieira, Pepetela, José Eduardo Agualusa, entre tantos outros que, valendo-se do gênero, emprenderiam projetos de investigação que ajudam a mapear a fisionomia multifacetada do cenário cultural angolano.

Logo, não é possível dissociar, nessa literatura, o texto e o contexto, e esse viés político e histórico que marca a literatura africana, como nos exemplos indicados na análise dos textos de escritores angolanos, leva-nos a pensar em uma proposta de leitura que possa inter-relacionar abordagem estética e conteúdo crítico-social das narrativas apresentadas. Considerando isso, propomos um roteiro de leitura das obras narrativas angolanas de modo a equilibrar a perspectiva de abordagem estético, história e social dos textos literários. Nossa proposta consiste em apontar os seguintes elementos, que podem ser adaptados para quaisquer anos de ensino na Educação Básica, tendo-se em vista também os regulamentos dessa etapa formativa:

Quadro - Roteiro da proposição

| Item do Roteiro | Objetivo |
|----------------------------|--|
| Tema | Definição dos temas norteadores da prática de leitura (como violência, história, língua, cultura, resistência, opressão), considerando a obra eleita para estudo |
| Objetivos | Delimitação dos objetivos previstos para proposição a fim de indicar a finalidade maior a ser alcançada na execução da proposta. |
| Habilidades e Competências | Indicação de habilidades e competências, conforme a BNCC do Ensino fundamental e do Ensino Médio, as quais podem ser reveladas por meio da execução das atividades propostas. |
| Público-alvo | Alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. |
| Recursos | Registro dos recursos humanos e materiais utilizados para o desenvolvimento das atividades. |
| Atividades | <p>Explanação das atividades sugeridas, seguindo uma lógica de investigação detalhada do texto narrativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Forma da narrativa; b) Linguagem narrativa; c) Estruturação da narrativa; d) Posição do narrador quanto à matéria narrada; e) Configuração dos personagens e sua relação com a história angolana; f) Perspectiva crítica da obra quanto ao contexto colonial e pós-colonial. |

| | |
|-------------|--|
| Avaliação | Indicação de forma para avaliação e autoavaliação das atividades propostas. |
| Referências | Apresentação de referências para execução das atividades e de indicação de leituras para ampliação dos saberes e práticas docentes sobre o tema. |

Fonte: elaborado pelas autoras

Acreditamos que esse roteiro possa servir de ponto de partida para uma proposta de formação leitura que assuma também um papel político pela ótica do mediador da prática leitora, que é o de fazer aparecer que, pelo texto, a sucessão de dominação a que povos africanos foram sujeitados, pois, “Ao lado da realidade cultural africana, vai criar-se uma cultura europeia que será, pouco a pouco, dominante” (JORGE, 2006, p. 3). A literatura africana de expressão portuguesa aponta a busca incessante por “prosseguir a obra de contestação pacífica do projecto cultural do colonialismo português, dentre os quais, Assis Júnior, no início do século, será o principal representante, e vão radicalizar, cada vez mais, as suas reivindicações culturais.” (JORGE, 2006, p. 4). E essa busca também deve ser uma busca de todos que não querem ver repetidas histórias de dominação e opressão, por aqueles que também não querem assistir passivamente a um processo de esquecimento do imperialismo português sobre contextos vulneráveis, como os africanos.

Atuar na formação leitura em uma perspectiva que possa revelar o quanto a arte pode contribuir para uma formação intercultural e politizada é tarefa que se impõe hoje, para evitar que novos processos escravistas possam se perpetuar. Isso porque “A literatura continua a ser a via privilegiada para a expressão desse descontentamento, embora muitos dos autores em causa acabem por não se afastar tanto do poder como inicialmente pretendiam ou como nós possamos ser induzidos a acreditar” (VENÂNCIO, 1992, p. 9)

Considerações finais

As “imagens mais comuns que se tem da África se constituíram com base em ideias etnocêntricas, concebendo-a como um lugar atrasado, inculto e selvagem, território da barbárie e da selvageria ou supervalorizando o seu papel de “vítima” do tráfico de escravos e da exploração imperialista europeia.” (NANTES, 2003, p. 2). No entanto, temos de apresentar,

conhecer e socializar outros discursos, na perspectiva do contrapoder, para que possamos entender que a função dada pelos escritores e intelectuais angolanos à literatura é a de um instrumento de registro histórico e linguístico e de perpetuação cultural do país assim como de denúncia e contestação de regimes de opressão vivenciados nesse espaço.

Outrossim, a defesa da leitura de textos africanos de expressão portuguesa na sala de aula faz-se necessária para a formação intercultural do leitor, tomada de posicionamento político sobre processos (de)coloniais e ainda como artefato cultura capaz de contribuir para se evitar práticas de esquecimento e desmemória acerca de processos coloniais impostos pelo regime imperialista português. Promover práticas leitoras com esse intuito é ainda ampliar a dimensão da literatura que assume um papel de resistência à dominação e aculturação europeia em defesa de um país nacional, pois muitas obras angolanas podem mostrar a “busca da cultura popular com o olhar centrado na própria maneira de ser de Angola, afastando-se, enfim, do padrão eurocêntrico.” (ABDALA JÚNIOR, 2006, p. 213)

REFERÊNCIAS

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Panorama histórico da literatura angolana. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania. *Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Palameda, 2006. p. 211-216.
- ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Lisboa: Ed. 70, 1982.
- CAMARGO, Patrícia. *Luanda e Filhos da Pátria: leituras em movimento*. 2010. 126f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- DINIZ, Ana Maria Carneiro Almeida. *Filhos da Pátria: a representação de identidades angolanas na literatura de João Melo*. 2012. 113f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau de Ferros, 2012.
- JORGE, Manuel. Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola Conceitos, Preceitos e Preconceitos do Nacionalismo Angolano. *Latitudes*, n. 28, dez. 2006, p. 3-10.
- LIMA, Santos. *As sementes da liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MELO, João. *Filhos da Pátria*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *A sociedade angolana através da literatura*. São Paulo: Ática, 1978.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A atualidade de Walter Benjamin e Theodor W. Adorno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

VENÂNCIO, José Carlos. *Literatura e poder na África Lusófona*. José Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

TRIGO, Salvato. *Literatura Angolana*. Lubango: s. n., 1975.